ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO E RESTAURO EFICAZES PARA APOIAR A BOA GOVERNAÇÃO DOS OCEANOS

Caso 1: Ilhas Selvagens, um tesouro nacional

© Emanuel Gonçalves

É a 250 Km a sudeste da Ilha da Madeira que surge o território português localizado mais a sul: as Ilhas Selvagens, um arquipélago constituído pela Selvagem Grande, Selvagem Pequena e vários ilhéus totalizando 273 hectares de área administrada pela Região Autónoma da Madeira. É um santuário para muitas espécies terrestres e marinhas, como o icónico e ameaçado lobo-marinho ou foca-monge *(Monachus monachus)* - a foca mais rara do planeta. O arquipélago é também uma zona importante para a nidificação de 7 espécies de aves marinhas, como a cagarra *(Calonectris borealis)*, que até aos anos 70 era nestas ilhas vítima da captura de juvenis na ordem das dezenas de milhar por ano, práctica que teve como resultado a forte diminuição da população nidificante. Para proteger estas aves, o naturalista inglês Alexander Zino, que vivia na Madeira, com a ajuda da WWF, quis comprar as Ilhas Selvagens, mas foi o Estado português que as adquiriu oficialmente e que, em 1971, fez delas a primeira Reserva Natural em Portugal. A partir de 1976, a melhoria da protecção da ilha permitiu recuperar a população de cagarras, sendo hoje as Selvagens a colónia com maior densidade em todo o mundo. Ações de restauro, como a bem sucedida erradicação de coelhos e murganhos na Selvagem Grande, tornaram as Ilhas Selvagens o único arquipélago livre de mamíferos da Macaronésia (e do Atlântico Norte) e local de estudos científicos privilegiado, à medida que a sucessão ecológica prossegue e a ilha caminha no sentido de retornar à sua condição pristina. A proteção das ilhas é assegurada em permanência por vigilantes do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza e de agentes da Autoridade Marítima Nacional. Sediados na Selvagem Grande, estes são os verdadeiros guardiões do arquipélago. Recentemente, foi aprovada a extensão da área protegida para mais de 27 vezes a área anterior, tornando as Selvagens a maior área marinha com proteção total da Europa. São mais de 2600 Km² de mar salvaguardado contra atividades como a pesca ou a exploração de inertes, privilegiando a conservação de um valioso e riquíssimo património natural.

Caso 2: Cogestão do percebe das Berlengas

Para além de ser um dos mariscos mais apreciados da costa portuguesa, o percebe *(Pollicipes pollicipes)* das Berlengas tem uma elevada importância regional e local, a nível económico, social e cultural, uma vez que a sua apanha é uma prática passada de geração em geração. A captura ocorre na Reserva Natural das Berlengas, a primeira AMP de Portugal, continental assim classificada desde 1981 e, desde 2011, como Reserva Mundial da Biosfera (pela UNESCO). Esta Reserva é constituída por três grupos de ilhéus que têm um importante papel para aves marinhas, a nível botânico, de património arqueológico subaquático e valor biológico marinho. De forma a promover a proteção e gestão participativa da biodiversidade marinha em Portugal, o projeto Co-Pesca identificou em 2017 a apanha dos percebes das Berlengas como uma pescaria com grande potencialidade para a implementação de um sistema de cogestão. Desta forma, este projeto pioneiro tem vindo a promover um trabalho conjunto entre várias entidades (cientistas, ONGs, autoridades e os próprios mariscadores) para alcançar a sustentabilidade social, económica e ambiental desta exploração. Estes esforços culminaram na instalação do primeiro comité de cogestão em Portugal, para a apanha de percebe nas Berlengas, que só foi possível devido à recente publicação do enquadramento legal para a cogestão em Portugal, algo pioneiro a nível europeu e que pretende contribuir para uma mudança de paradigma na gestão dos recursos marinhos.

© Shutterstock / Luis Pedro Fonseca

A NOSSA MISSÃO É TRAVAR A DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL DO PLANETA E CONSTRUIR UM FUTURO NO QUAL AS PESSOAS VIVAM EM HARMONIA COM A NATUREZA.

FONTES

Agnesi, S., Mo, G., Annunziatellis, A., Chaniotis, P., Korpinen, S., Snoj, L., Globevnik, L., Tunesi, L., Reker, J.B. 2017. Assessing Europe's Marine Protected Area networks - Proposed methodologies and scenarios. ed. Kunitzer, A. ETC/ICM Technical Report 2/2017.72.; **Borg, J., Burgess, S. and Milo-Dale, L. 2019**. Protecting Our Ocean - Europe's challenges to meet the 2020 deadlines. 31pp.; **Brander, L., Baulcomb, B., van der Lelij, J.A.C., Eppink, F., McVittie, A., Nijsten, L., van Beukering, P. 2015**. The benefits to people of expanding Marine Protected Areas. Report R-15/05. Institute for environmental Studies; **Carr, M.H., Robinson, S.P., Wahle, C., Davis, G., Kroll, S., Murray, S., Schumacker, E.J., Williams, M. 2017**. The central importance of ecological spatial connectivity to effective coastal marine protected areas and to meeting the challenges of climate change in the marine environment. Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems. 27: 6–29; **Haines, R., Hattam, C., Pantzar, M., Russi, D. 2017**. Study on the economic benefits of Marine Protected Areas: literature review analysis, European Commission; **Pyć, D. 2016**. Global Ocean Governance. TransNav 10. 159-162; **Roberts, C.M., O'Leary, B.C., McCauley, D.J., Cury, P.M., Duarte, C.M., Lubchenco, J., Pauly, D., Sáenz-Arroyo, A., Sumaila, U.R., Wilson, R.W., et al. 2017**. Marine reserves can mitigate and promote adaptation to climate change. PNAS 24. 6167-6175; **Tittensor, D.P., Beger, M., Boerder, K., Boyce, D.G., Cavanagh, R.D., Godin, A.C., Ortuño Crespo, G., Dunn, D.C., Ghiffary, W. et al. 2019**. Integrating climate adaptation and biodiversity conservation in the global ocean, Science Advances. 5; **Werle, D., Boudreau, P.R., Brooks, M.R., Butler, M.J.A., Charles, A.C., Coffen-Smout, S., Griffiths, D., McAllister, I., McConnell, M.L., Porter, I. et al. 2018**. The Future of Ocean Governance and Capacity Development. International Ocean Institute – Canada. Leiden, The Netherlands: Brill | Nijhoff; **Young, S., Nelson, P., Oates, J. Davis, K. 2019**. The compass pilot report for North Devon compiled by WWF as part of the UK SEAS Project; **IUCN-WCPA Task Force on OECMs 2019**. Recognizing and reporting other effective area-based conservation measures, Gland, Switzerland: IUCN; **OECD 2017**. Marine Protected Areas: Economics, Management and Effective Policy Mixes, OECD Publishing, Paris.

Autores Principais:

Janica Borg
Senior Marine Protection and Spatial Planning Policy Coordinator

Alexandre Cornet
Ocean Policy Assistant
acornet@wwf.eu

Estudos de Caso:

Ana Henriques
Técnica de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Nuno Barros
Técnico de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Gisela Costa
Técnica Júnior de Oceanos e Pescas da ANP|WWF

Para mais informações contacte:

Drª Antonia Leroy
Head of Ocean Policy
aleroy@wwf.eu

Larissa Milo-Dale
Senior Communications Officer, Marine
lmilodale@wwf.eu

© 2020
Estudos de Caso ©2022

Todos os direitos reservados. ©1986 Símbolo do Panda WWF - World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund). Qualquer questão sobre este relatório deve ser endereçada para ANP, em associação com a WWF: Laboratórios do Audax, Rua Adriano Correia de Oliveira, 4 A – Lab H3, 1600 – 312 Lisboa | anp@natureza-portugal.org

Tradução: Mafalda Justino
Paginação: Margarida Arriaga e Cunha

Fotografia de capa: © Brian J. Skerry / National Geographic Stock / WWF
Apoio à produção e impressão: Fundação Oceano Azul

ANP ASSOCIAÇÃO NATUREZA PORTUGAL | WWF
ANP em associação com WWF

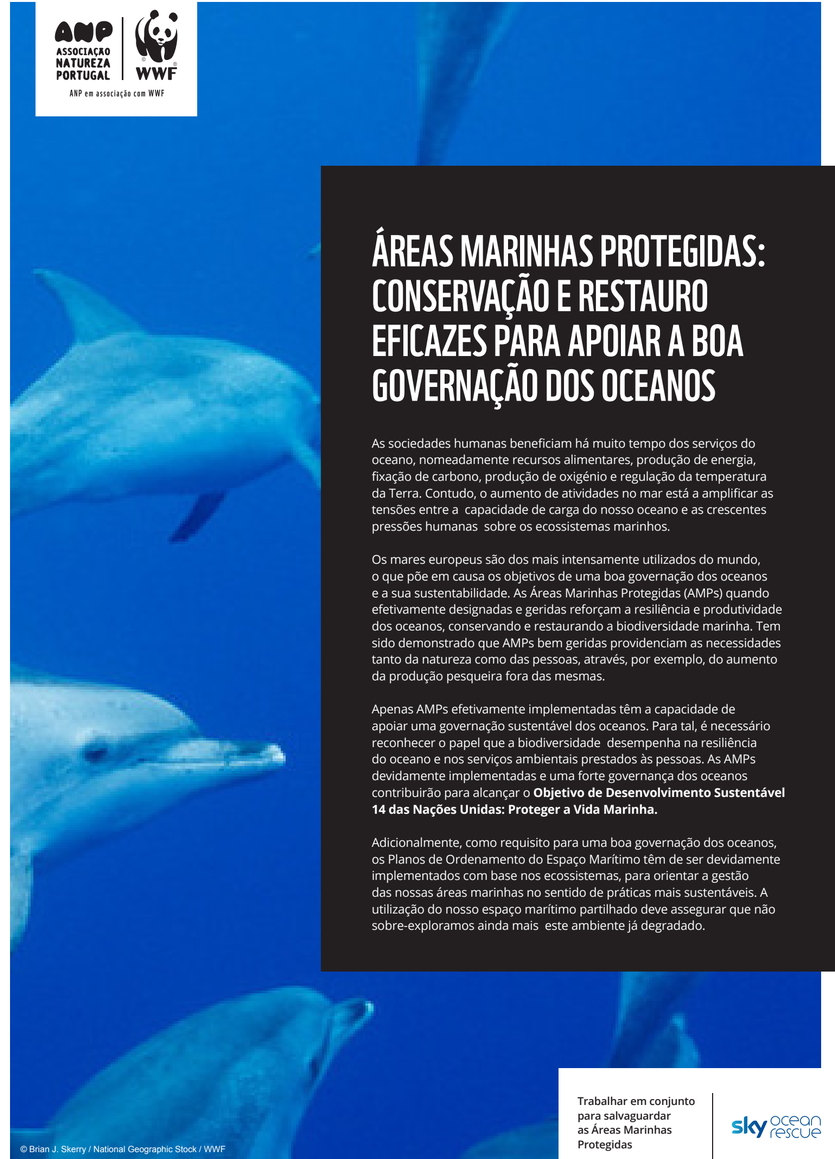
ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO E RESTAURO EFICAZES PARA APOIAR A BOA GOVERNAÇÃO DOS OCEANOS

As sociedades humanas beneficiam há muito tempo dos serviços do oceano, nomeadamente recursos alimentares, produção de energia, fixação de carbono, produção de oxigénio e regulação da temperatura da Terra. Contudo, o aumento de atividades no mar está a amplificar as tensões entre a capacidade de carga do nosso oceano e as crescentes pressões humanas sobre os ecossistemas marinhos.

Os mares europeus são dos mais intensamente utilizados do mundo, o que põe em causa os objetivos de uma boa governação dos oceanos e a sua sustentabilidade. As Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) quando efetivamente designadas e geridas reforçam a resiliência e produtividade dos oceanos, conservando e restaurando a biodiversidade marinha. Tem sido demonstrado que AMPs bem geridas providenciam as necessidades tanto da natureza como das pessoas, através, por exemplo, do aumento da produção pesqueira fora das mesmas.

Apenas AMPs efetivamente implementadas têm a capacidade de apoiar uma governação sustentável dos oceanos. Para tal, é necessário reconhecer o papel que a biodiversidade desempenha na resiliência do oceano e nos serviços ambientais prestados às pessoas. As AMPs devidamente implementadas e uma forte governança dos oceanos contribuirão para alcançar o **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 das Nações Unidas: Proteger a Vida Marinha.**

Adicionalmente, como requisito para uma boa governação dos oceanos, os Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo têm de ser devidamente implementados com base nos ecossistemas, para orientar a gestão das nossas áreas marinhas no sentido de práticas mais sustentáveis. A utilização do nosso espaço marítimo partilhado deve assegurar que não sobre-exploramos ainda mais este ambiente já degradado.


© Brian J. Skerry / National Geographic Stock / WWF

Trabalhar em conjunto para salvaguardar as Áreas Marinhas Protegidas

Política Comum das Pescas:
O objetivo de ter todas as populações de peixes geridas de forma sustentável com capturas abaixo do rendimento máximo sustentável até **2020 não foi alcançado.**

Meta 11 da Convenção sobre a Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB):
O objetivo de conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas através de redes de áreas protegidas que sejam efetiva e equitativamente geridas, ecologicamente representativas e bem conectadas, assim como outras medidas de conservação efetivas de base territorial (OECM) até **2020 não foi alcançado**. Apesar de mais de 12% da área da UE estar designada para proteção, as Áreas Marinhas Protegidas com planos de gestão devidamente implementados cobrem menos de 2% dos mares e zonas costeiras da UE.

Diretiva-Quadro Estratégia Marinha:
O objetivo de alcançar o bom estado ambiental nos mares europeus em **2020 não foi alcançado.**

Diretiva de Ordenamento do Espaço Marítimo:
O objetivo de estabelecer Planos Nacionais de Ordenamento do Espaço Marítimo que sigam uma abordagem baseada nos ecossistemas até **31 de março de 2021 não foi alcançado** por todos os Estados-Membros da UE.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS14) das Nações Unidas — Proteger a Vida Marinha:
O objetivo de conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos e recursos marinhos até **2030 não está no caminho para ser alcançado.**

Diretivas Habitats e Aves:
O objetivo de estabelecer medidas de conservação ou planos de gestão no prazo de seis anos após a designação das áreas Natura 2000 foi adiado em muitos Estados-Membros da UE.

2015 2016 2017 2018 2019 **2020** **2021** 2022 2023 2024 **2025** 2026 2027 2028 2029 **2030**

Definir uma boa governação do oceano

100%
do oceano gerido de forma sustentável e sob Planos de Ordenamento do Espaço Marítimo baseados nos ecossistemas e que pode incluir OECMs

Pelo menos **30%**
do oceano protegido por AMPs com elevada protecção e redes de AMPs geridas eficazmente e por OECMs

Pelo menos **10%**
do oceano designado como zonas totalmente protegidas ou de referência científica

A governação do oceano requer:

- Que todas as partes interessadas sejam incluídas no processo de tomada de decisão, a todos os níveis
- Uma tomada de decisão transparente, com informação disponível para todos
- Uma base científica para os planos de gestão e que devem ser totalmente implementados dentro de um prazo definido, deixando alguma margem para uma gestão adaptativa
- Consideração pelas diversas ligações entre a terra e o mar, que afetam diretamente os ecossistemas marinhos
- Ordenamento baseado nos ecossistemas e aplicação de uma abordagem precaucionária quando desconhecemos a verdadeira extensão dos impactos ambientais
- Um financiamento sólido e a longo prazo para a governação do oceano é fundamental para assegurar uma abordagem equilibrada da nossa utilização do oceano
- O cumprimento e a execução das medidas de gestão por parte de todos os setores marítimos apoiará uma visão holística da governação do oceano e ajudará a quebrar silos entre os diferentes setores
- Monitorização e controlo das medidas implementadas, efetuados por uma parte independente

A utilização sustentável do oceano significa proteger a vida marinha para que possa salvaguardar a saúde do nosso planeta, as nossas economia e as nossas comunidades

Benefícios socioeconómicos

Investir em AMPs faz sentido em termos económicos: estima-se que as AMPs com proteção total (no take zones) há pelo menos 35 anos produzam benefícios económicos até 20 vezes superiores aos seus custos iniciais de designação e implementação.

Efeitos adjacentes: as redes de AMPs melhoram a quantidade, a diversidade e, em alguns casos, o valor do peixe capturado fora das mesmas, proporcionando um aumento do rendimento para as pescarias com reduzido impacto ambiental

Benefícios em múltiplos setores: ambientes marinhos saudáveis e protegidos através de redes de AMPs impulsionam indústrias, tais como o turismo, cujo sucesso se deve a zonas costeiras preservadas e locais de mergulho pristinos

Boa gestão: a cogestão das AMPs locais pode promover um melhor diálogo e abordagens coletivas sobre a forma como utilizamos e partilhamos os nossos mares, reduzindo possíveis conflitos

Saúde e bem-estar das pessoas: uma biodiversidade marinha próspera e ambientes saudáveis são reconhecidos pelos seus benefícios para o bem-estar das pessoas

Não há uma abordagem única: as redes de AMPs são adaptadas aos contextos locais, respondendo simultaneamente aos desafios globais, tais como a diminuição de populações de peixes, a poluição e as alterações climáticas

Benefícios ambientais

As AMPs fornecem áreas de reprodução, viveiro e alimentação que aumentam a resiliência das populações marinhas, aumentando o tamanho, a quantidade e a fertilidade de várias espécies

As áreas protegidas de atividades humanas extrativas e de pressões crescentes oferecem refúgios que apoiam a recuperação das populações de espécies marinhas

As AMPs proporcionam abrigos seguros contra fatores de stress antropogénico diretos e assim melhoram a resiliência das espécies e habitats às alterações climáticas.

Quando uma rede de AMPs é concebida com base numa visão holística do oceano, a sua proteção em larga escala estende-se para além das fronteiras das AMPs

Quando espécies e habitats altamente eficientes na captura de carbono da atmosfera, como pradarias marinhas, sapais e fundos marinhos intactos, têm condições para prosperar, reforça-se a capacidade do oceano como reservatório de carbono

DOS PARQUES NO PAPEL À GESTÃO EFETIVA DO OCEANO

Apesar de recomendações concretas e recomendações científicas claras, **a maioria das AMPs atuais não são devidamente geridas. Como consequência, não são cumpridos importantes objectivos de conservação nem funcionam como uma rede coerente e efetiva para assegurar um oceano resiliente.**

Mais de 12% dos mares da UE são designados para proteção, mas menos de 2% são, de facto, cobertos por AMPs com planos de gestão. Adicionalmente, destes 2%, apenas uma fração apresenta medidas capazes de produzir verdadeiros resultados de conservação. Assim, grande parte das AMPs europeias são apenas "Parques no Papel" — linhas desenhadas num mapa sem ações mensuráveis no terreno ou na água. As AMPs com fraca gestão não geram os resultados pretendidos, diminuindo a motivação das partes interessadas para reservar mais áreas para proteção. Nos piores exemplos, estas AMPs no papel fomentam conflitos entre as partes interessadas e impedem qualquer possibilidade de conservação dos ecossistemas marinhos.

Para alcançar uma proteção efetiva do oceano, esta atitude precisa de mudar. É urgentemente necessária ambição e liderança por parte dos nossos governos para implementar a legislação e as políticas existentes, que são adequadas aos fins previstos. Face às alterações climáticas e à exploração insustentável continuada do oceano, o objetivo de proteger efetivamente e com um grau de protecção elevado pelo menos 30% das áreas marinhas e costeiras até 2030 tem de ser alcançado.

Todas as AMPs devem ter planos de gestão sólidos e devidamente implementados, sendo que a implementação dos planos de gestão para estas áreas tem de avançar rapidamente, ter um um melhor controlo e ser mais inclusiva. As AMPs ao nível individual devem evoluir de uma abordagem específica para uma espécie ou habitat, para incorporar uma proteção holística do oceano. A conceção e a implementação das redes de AMPs devem ser integradas no âmbito de abordagens mais amplas de gestão e conservação do oceano, tais como outras medidas de conservação efetivas de base territorial (OECM, *Other Effective Area-based Conservation Measures*), gestão integrada dos oceanos e planos de ordenamento do espaço marítimo baseados nos ecossistemas, com vista a apoiar um oceano gerido 100% de forma sustentável.

Os impactos cumulativos das atividades humanas devem ser considerados aquando do planeamento da utilização de qualquer recurso dentro das AMPs, tendo em mente que o principal objetivo de uma rede de AMPs deve ser a conservação e recuperação da biodiversidade e que as áreas com protecção total, interditas a qualquer atividade humana, proporcionam os melhores resultados para a saúde do oceano.

RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

- Até 2030, assegurar que 100% do oceano é gerido de forma sustentável, com **pelo menos 30%** com um grau de protecção elevado no âmbito de redes de AMPs efetivamente geridas e com **pelo menos 10%** como áreas de proteção total.
- Definir **a conservação da biodiversidade como o objetivo principal** de cada AMP e assegurar que são concebidas na forma de **redes holísticas, bem conectadas e representativas,** designadas em localizações ecologicamente significativas.
- Assegurar que a governação do oceano apoia **planos de gestão devidamente implementados, a monitorização, o controlo e o reportar transparente** por todos os setores.
- Assegurar a importância das AMPs no **Ordenamento do Espaço Marítimo baseado no ecossistema,** ao reservar **espaço suficiente para a natureza,** com base numa abordagem precaucionária aquando do planeamento de atividades marítimas, e considerando como a poluição proveniente de terra afeta os mares, com a devida consideração à limitada capacidade de carga do nosso oceano.
- Assegurar uma **participação ativa das partes interessadas** ao longo do processo de planeamento e gestão das AMPs..
- Assegurar **financiamento suficiente** para as autoridades responsáveis pela implementação dos planos de gestão, monitorização e controlo de AMPs, assim como o reportar sobre o seu estado.
- Assegurar e continuar a reforçar a **utilização sustentável,** conservação e restauro dos recursos marinhos e costeiros, com vista a um **oceano saudável, resiliente e produtivo.**

É PRECISO AGIR AGORA!